



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAFAEL ANTONIO LINHARES SALDANHA

**ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UM ESCRITÓRIO DE
CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB**

JOÃO PESSOA

2019

RAFAEL ANTONIO LINHARES SALDANHA

**ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UM ESCRITÓRIO DE
CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Ma. Ionara Stefani Viana de Oliveira

JOÃO PESSOA

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S162a Saldanha, Rafael Antonio Linhares.

ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UM
ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
- PB / Rafael Antonio Linhares Saldanha. - João Pessoa,
2019.

52f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. ANÁLISE DE VIABILIDADE. 2. CONTABILIDADE GERENCIAL.
3. ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE. I. Título

UFPB/BC

RAFAEL ANTONIO LINHARES SALDANHA

**ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA EM UM ESCRITÓRIO DE
CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Professora Ma. Ionara Stefani Viana de Oliveira (Orientadora)

Instituição: Universidade Federal da Paraíba



Membro: Professor Dr. Tiago Henrique de Souza Echternacht

Instituição: Universidade Federal da Paraíba



Membro: Professor Me. Marcelo Pinheiro de Lucena

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Dedico este Trabalho aos meus pais, Fabiana e Saldanha, por todo o esforço, dedicação e apoio em cada momento de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua bondade e infinita misericórdia e por estar sempre guiando meus caminhos;

Aos meus Pais, Fabiana e Saldanha, em especial a minha mãe por toda dedicação, carinho e amor e por ser o meu maior exemplo coragem e esforço na vida;

As minhas irmãs, Angélica e Sabrina, por todo carinho e amor.

A minha namorada, por ser meu porto seguro e minha fonte de motivação;

Aos meus verdadeiros amigos, sempre dispostos a ajudar.

A minha professora orientadora, Ionara, por aceitar a orientação deste trabalho e ser incentivo para todo esforço despendido.

A todos os professores que ao longo do curso despertaram e me inspiraram sobre qual tipo de profissional almejo ser. Em especial ao professor Wenner por toda a ajuda e compreensão ao longo do curso e a professora Risolene por toda paciência e dedicação ao repassar seus conhecimentos.

“Apesar do futuro parecer longe, na realidade, está começando bem agora.”

(Mattie Stepanek)

RESUMO

Ao realizar uma análise de viabilidade pode-se diagnosticar concorrentes diretos e indiretos, identificar os clientes em potencial, calcular o investimento inicial assim como os gastos fixos e variáveis e realizar o planejamento financeiro do empreendimento, como a projeção de vendas e análise de rentabilidade, viabilizando o negócio. Desta forma, este estudo teve por objetivo verificar a viabilidade de implementação de um escritório de contabilidade no município de João Pessoa nos anos de 2016 a 2018. A Revisão da Literatura foi centrada nos temas de contabilidade, contabilidade gerencial e análise de viabilidade como também a metodologia aplicada ao estudo foi uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso realizado em um escritório de contabilidade, em que os dados da pesquisa foram coletados por uma entrevista com os sócios do escritório. A partir desses dados, elaborou-se uma análise de econômico-financeira, centrada na necessidade de uma abordagem contábil para tomada de decisão. Através da apuração do resultado do negócio, foram projetados os fluxos de caixa para análise financeira, permitindo observar o retorno do investimento pelo *payback*, valor presente líquido e taxa interna de retorno. Na análise de viabilidade econômica pôde-se perceber com a Demonstração do Resultado do exercício que o empreendimento obteve lucro a partir do segundo ano, e a rentabilidade e lucratividade foram positivas no terceiro ano de funcionamento. Na análise de viabilidade econômica, pôde-se perceber que o fluxo de caixa a partir do segundo foi positivo, a TIR foi superior a TMA, o VPL foi positivo e o *payback* indicou que o investimento teve retorno no terceiro ano. Com as análises realizadas, conclui-se que há viabilidade para abertura do negócio.

Palavras-chave: Análise de Viabilidade. Contabilidade Gerencial. Escritório de Contabilidade.

ABSTRACT

By conducting a feasibility analysis you can diagnose direct and indirect competitors, identify potential customers, calculate the initial investment as well as the fixed and variable expenses and carry out the financial planning of the venture, such as sales projection and profitability analysis, enabling the business. Therefore, the objective of the examination was to verify the implementation of an accounting office in the city of João Pessoa. The Literature Review focused on accounting topics, managerial accounting and feasibility analysis. The methodology applied to this study was a bibliographical research and a study case conducted in an accounting office where the research data were collected through an interview with the office partners. Based on these data, an economic-financial analysis was developed, focusing on the need of an accounting approach for decision-making. Through the results calculation of the business, the cash flows were designed for financial analysis, allowing to observe the return of the investment by payback, net present value and internal rate of return. In the analysis of economic feasibility, it was possible to see from the Statement of Income that the enterprise made a profit from the second year, and profitability and profitability were very positive in the third year of operation. In the analysis of economic feasibility, it was possible to notice that the cash flow from the second one was positive, the IRR was higher than the TMA, the NPV was positive and the payback indicated that the investment had a return in the third year. Once the analyzes were carried out, it is concluded that there is feasibility to open the business.

Keywords: Feasibility Analysis. Management accounting. Accounting Office.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício	20
Quadro 2 – Fórmula para Cálculo da Rentabilidade	21
Quadro 3 – Modelo de Fluxo de Caixa	22
Quadro 4 - Análise do Valor Presente Líquido	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos Fixos	31
Tabela 2 – Investimentos Pré-operacionais	32
Tabela 3 – Capital de Giro	33
Tabela 4 – Despesas com Pessoal	33
Tabela 5 – Despesas com pró-labore	34
Tabela 6 – Depreciação das máquinas e equipamentos	35
Tabela 7 – Depreciação dos móveis e utensílios	35
Tabela 8 – Despesas Fixas Anuais	36
Tabela 9 – Valores dos Serviços Prestados	37
Tabela 10 – Receita dos Serviços Prestados	37
Tabela 11 – Receitas dos Serviços Extras	38
Tabela 12 – Receita Total Anual	38
Tabela 13 – Cálculo do Simples Nacional	38
Tabela 14 – Demonstração do Resultado do Exercício	40
Tabela 15 – Índice de Rentabilidade	41
Tabela 16 – Índice de Lucratividade	41
Tabela 17 – Fluxo de Caixa	43
Tabela 18 – Taxa Interna de Retorno	44
Tabela 19 – Valor Presente Líquido	45
Tabela 20 – Período de Payback	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JUCEP	Junta Comercial do Estado da Paraíba
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TIR	Taxa Interna de Retorno
TMA	Taxa Mínima de Atratividade
VPL	Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 CONTABILIDADE	15
2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL	16
2.3 ANÁLISE DE VIABILIDADE	17
2.3.1 Análise de Viabilidade Econômica	18
2.3.1.1 <i>Demonstração do Resultado do Exercício</i>	18
2.3.1.2 <i>Índices de Rentabilidade</i>	21
2.3.2 Análise de Viabilidade Financeira	21
2.3.2.1 <i>Fluxo de Caixa</i>	22
2.3.2.2 <i>Taxa Interna de Retorno</i>	23
2.3.2.3 <i>Taxa Mínima de Atratividade</i>	24
2.3.2.4 <i>Valor Presente Líquido</i>	24
2.3.2.5 <i>Período de Payback</i>	25
2.4 ESTUDOS ANTERIORES	26
3 METODOLOGIA	27
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA	27
3.1.1 Quanto aos Objetivos	27
3.1.2 Quanto aos Procedimentos	27
3.1.2.1 <i>Estudo de Caso</i>	28
3.1.2.2 <i>Pesquisa Bibliográfica</i>	28
3.1.3 Quanto a abordagem do Problema	29
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	29
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	29
4 RESULTADOS	30
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO NEGÓCIO	30

4.2 INVESTIMENTO INICIAL	31
4.3 DESEMBOLSOS E INGRESSOS	33
4.3.1 Despesas	33
4.3.2 Receitas	36
4.4 ANÁLISE DE VIABILIDADE	39
4.4.1 Análise de Viabilidade Econômica	39
4.4.1.1 <i>Demonstração do Resultado do Exercício</i>	39
4.4.1.2 <i>Índice de Rentabilidade</i>	40
4.4.1.3 <i>Índice de Lucratividade</i>	41
4.4.2 Análise de Viabilidade Financeira	42
4.4.2.1 <i>Fluxo de Caixa</i>	42
4.4.2.2 <i>Taxa Mínima de Atratividade</i>	44
4.4.2.3 <i>Taxa Interna de Retorno</i>	44
4.4.2.4 <i>Valor Presente Líquido</i>	45
4.4.2.5 <i>Período de Payback</i>	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O profissional de Contabilidade tem o desejo de colocar seu próprio negócio, porque acredita que ser empresário obtém-se algumas vantagens, como por exemplo: ser seu próprio chefe, criar sua própria rotina, depender apenas de si. Para Fernandes (2010, p.156) ainda existe outra vantagem que é “alcançar a liberdade de poder trabalhar por opção e nunca mais por obrigação”.

Em 2016, o Sebrae realizou uma pesquisa, referente ao período de 2010/2012, na qual se conclui que mais de 40% das empresas brasileiras de pequeno porte fecham até completar dois anos de sua existência, sendo um dos principais problemas com a gestão administrativa. Desta forma, a elaboração de um bom planejamento antes de tomar a decisão de investir, pode auxiliar para evitar correr riscos e perder recursos com o investimento feito.

A análise de viabilidade econômica e financeira que será realizada nesse estudo possibilitará, a previsão de um possível êxito ou fracasso do investimento e analisar a rentabilidade futura do negócio dentro de um período de tempo determinado.

A cidade de João Pessoa, onde está estruturado o negócio, localiza-se no Estado da Paraíba, possui mais de 800.000 mil habitantes conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a Junta Comercial do Estado da Paraíba (JUCEP), existem 233.547 empresas cadastradas no município, sendo 1.313 escritórios contabilidade, desses escritórios, alguns não prestam serviços de assessoria e consultoria contábil.

Desta maneira, pode-se perceber que os profissionais ainda estão preocupados em apenas atender as exigências fiscais impostas pelos órgãos reguladores no âmbito municipal, estadual e federal. É necessário que os relatórios de contabilidade sejam utilizados como ferramenta no processo de tomada de decisão.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do exposto tem-se a seguinte questão a ser respondida durante esse estudo: **Qual a necessidade de uma análise de viabilidade econômica e financeira para estruturação de um escritório de contabilidade no município de João Pessoa?**

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos visam definir os resultados da realização do estudo e o que é preciso seguir para alcançá-los. São classificados em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a necessidade de uma análise de viabilidade econômica e financeira para estruturação de um escritório de contabilidade do município de João Pessoa-PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Destacar os investimentos necessários ao empreendimento e custos e receitas geradas com sua estruturação;
- b) Levantar os ingressos e os desembolsos gerados pelo escritório;
- c) Elaborar um fluxo de caixa e demonstração de resultado do exercício para demonstrar a viabilidade do empreendimento;

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com estudo realizado pelo Sebrae em 2016, não é possível atribuir a um único fator a causa da mortalidade das empresas brasileira, mas sim, a uma combinação de fatores em quatro grandes áreas: a situação do empresário antes da abertura, o planejamento dos negócios, a capacitação em gestão empresarial e a gestão do negócio em si. Ainda de acordo com o Sebrae, as principais dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de atividade são: a falta de cliente, falta de capital e falta de conhecimento.

Os empresários das empresas utilizadas para o estudo do Sebrae classificam vários fatores preponderantes que poderiam evitar o fechamento do negócio, dentre eles, se destaca a falta de planejamento, onde 18% dos entrevistados acreditam que se realizado o insucesso da empresa poderia ser evitado, justificando a importância de analisar a viabilidade do empreendimento e fazer um planejamento antes de estruturar qualquer empreendimento.

Dessa forma, estudo tem por justificativa a decisão de avaliar a viabilidade de estruturação, no cenário atual, de um escritório de contabilidade. Assim, se faz necessário analisar a viabilidade financeira e econômica de um novo empreendimento, através da busca de informações que complementem a elaboração da análise. Deste modo, antes da criação do negócio, é recomendável realizar uma análise de viabilidade com o intuito de obter um conhecimento abrangente sobre a área de escolha, do cenário, das perspectivas de investimento, para que o empreendimento atinja o sucesso e proporcione segurança no futuro profissional.

No âmbito acadêmico e para o curso de Ciências Contábeis, este estudo contribui para o desenvolvimento da profissão contábil, servirá como fonte de pesquisa e ficará à disposição para quem tiver interesse nesta área de conhecimento.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo trata sobre o embasamento teórico dos pontos principais para o estudo deste trabalho. É apresentado o conceito de Contabilidade e Contabilidade Gerencial; o conceito de Análise de viabilidade, assim como sua estrutura e seus principais itens.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é a ciência estuda as variações ocorridas no patrimônio das entidades, tanto no aspecto qualitativo quanto no aspecto quantitativo. Tem por finalidade, gerar e fornecer informações através de relatórios e demonstrações contábeis que sejam úteis para a tomada de decisões de seus usuários.

De acordo com Sá (2002, p.46) “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Para Basso (2011, p. 26) a contabilidade é vista como “[...] uma ciência social, mais especificamente no grupo das ciências econômicas e administrativas, que se utiliza de técnicas específicas para se tornar útil à sociedade e cumprir com as finalidades para que foi concebida”.

Ainda nessa linha de pensamento, Barreto (2013, p.32) descreve a contabilidade como:

[...] a ciência que tem como objetivo, orientar, prestar informações, controlar e contabilizar os fatos ocorridos em um patrimônio, sendo da Pessoa Jurídica ou Física, observando seus aspectos quantitativos e qualitativos e as variações por ele sofridas, principalmente as decorrentes da gestão da empresa.

Oliveira, Muller, Nakamura (2000, p.03) destacam que a contabilidade “além de gerar informações, permite explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de prosperidade, efetuar análises, controlar, e também serve para prever e projetar exercícios seguintes, entre tantas outras funções”

Ainda de acordo com Basso (2005, p.46) a contabilidade:

[...] é a ciência que estuda, controla e observa o patrimônio das entidades nos seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de normas, preceitos e regras gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular, resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômico-financeira.

Levando em consideração os conceitos e as definições dos autores acima, a Contabilidade é a ciência que estuda as mutações do patrimônio das entidades, está fundamentada em normas e princípios e é capaz de gerar informações através de relatórios que são capazes de ajudar no processo de tomada de decisão de seus usuários.

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade Gerencial é uma ferramenta utilizada para avaliar as necessidades internas das empresas. Tem por objetivos evidenciar o planejamento, apresentar informações que direcionam o processo de tomada de decisão, sendo este o maior desígnio da contabilidade. O responsável por fornecer registros contábeis seguros da empresa para a tomada de decisão é o contador gerencial, que deve fazer parte dos cotidianos empresariais de seus clientes, disponibilizando apoio para que esses consigam empenhar-se unicamente a gestão administrativa.

Marion e Ribeiro (2014, p. 3) definem a contabilidade gerencial como:

O sistema de informação que tem por objetivo suprir a entidade com informações não só de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, como também com outras informações de natureza operacional, para que possa auxiliar os administradores nas suas tomadas de decisões.

De acordo com Ludícibus (2009, p.21):

A Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido as várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na Contabilidade Financeira, na Contabilidade de Custos, na Análise Financeira de Balanços etc. Colocados numa perspectiva [...] e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Para Crepaldi (2008, p.5), “Contabilidade Gerencial é o ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais”. Foca no melhor aproveitamento dos bens e materiais econômicos da empresa, por intermédio de um sistema de informação gerencial apropriado que controle os inputs efetuados.

Atkinson, Banker e Young (2000) vão mais além ao explicar a contabilidade gerencial como um processo de identificação, mensuração, acúmulo, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras usadas pelos

gestores para planejar, controlar e avaliar dentro de uma empresa e garantir o uso responsável e apropriado de seus recursos.

Atualmente o profissional contábil não deve apenas dominar a contabilidade financeira, é necessário que ele também entenda de administração e entenda o negócio da organização em que ele atua, para que ele possa analisar os relatórios financeiros e fornecer sugestões que auxiliem os usuários da contabilidade gerencial no processo de tomada de decisão.

Nessa perspectiva Marion e Ribeiro (2014 apud BORGES; ZIOLI; BIAZON, 2015, p.9) definem o contador gerencial como:

[...] um contabilista experiente e versátil, com conhecimento não só em contabilidade como em administração, matemática financeira, estática e economia, que domine bem a análise de balanços, e que conheça bem a sua empresa, para que saiba ler os relatórios (financeiros e gerenciais), e assim, 10 apresentar sugestões fundamentadas que auxiliem a organização nas suas tomadas de decisões.

As organizações devem armazenar suas informações por meio de sistemas gerenciais, para que as decisões sejam tomadas com segurança, os objetivos sejam atingidos e possam aumentar as oportunidades no mercado que se encontra cada vez mais concorrido.

Dessa forma, Crepaldi (2011, p.15) afirma:

Uma das técnicas utilizadas para auxiliar no avanço competitivo é o uso do sistema de informações, oferecendo as empresas relatórios gerenciais com informações que auxiliem no processo de gestão criando vantagens competitivas no mercado concorrente.

De acordo com as considerações dos autores citados acima, percebe-se o papel da Contabilidade Gerencial para as organizações, é ela quem identifica, analisa, interpreta e relata informações financeiras e operacionais para o uso da administração da empresa no processo de tomada de decisão.

2.3 ANÁLISE DE VIABILIDADE

Júnior e Torres (2013) afirmam que o tema análise e viabilidade de investimentos não é novo, entretanto, a maior parte dos artigos desenvolvidos pela comunidade científica se refere a estudos de caso.

Com o intuito de reduzir os riscos de um novo investimento, é feita a análise de viabilidade que, segundo Machado (2010, p.27) “é uma das maneiras de minimizar os riscos de um projeto, pois é possível constatar e analisar números e possibilidade de rendimentos e retornos”.

Bertoglio e Brasaga (2008) trazem que não deve se precipitar ao realizar um investimento de capital, pois para que as empresas atinjam seus resultados esperados, é necessário fazer um planejamento que é responsável por materializar as estratégias e concentrar os recursos e esforços nos objetivos determinados.

Woiler e Mathias (1996 *apud* MACHADO, 2010) explicam que projeto de viabilidade é um projeto de estudo que procura verificar a viabilidade à nível interno da empresa. O processo de coleta e processamento de informações inicia-se quando surge a ideia de investir e quando essas informações são devidamente analisadas, assim permitindo analisar a viabilidade do projeto que deve ser estruturado de acordo com os aspectos econômicos, técnicos, financeiros, administrativos, contábeis, jurídico e legais.

Na estrutura de Casarotto Filho e Kopittke (1992), um projeto é composto por critérios Econômicos, Financeiros e Imponderáveis. O critério econômico trata sobre a lucratividade do investimento, o financeiro mostra a disponibilidade de recursos e os imponderáveis são os fatores quantificáveis, através de regras de decisão explícitas ou intuitivas.

2.3.1 Análise de Viabilidade Econômica

A análise econômica é realizada para avaliar as despesas, custos e receitas do investimento, fazendo a comparação das as entradas e saídas de recursos referentes ao investimento, através das estimativas de vendas ou prestação de serviços e do levantamento de despesas e custos.

Para a realização da análise de viabilidade econômica é necessário estruturar uma Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, através da qual é possível encontrar o lucro ou prejuízo do negócio em estudo.

2.3.1.1 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do Resultado do Exercício é apurada de acordo com o regime de competência, realizando o confronto entre as receitas, custos e despesas. Ela apresenta,

de forma vertical, o Resultado líquido do Exercício, oferecendo uma síntese econômica dos resultados operacionais da empresa em certo período.

A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração contábil que apresenta o fluxo de receitas e despesas, que resulta em aumento ou redução do patrimônio líquido entre duas datas. Ela pode ser apresentada de forma dedutiva, isto é, inicia-se com a Receita Operacional Bruta e dela deduzem-se custos e despesas, para apurar o lucro líquido. (HOJI, 2010, p. 266).

Basso (2011, p.306) entende que “a Demonstração do Resultado do Exercício é o relatório contábil que sintetiza as operações que deram origem ao resultado de um determinado período ou exercício social”.

A DRE está estruturada para evidenciar as fases do resultado e demonstrar o resultado final do exercício, ou seja, o lucro ou prejuízo. Brizolla (2008, p.35), explica a DRE:

Esta demonstração mostra o lucro ou prejuízo obtido pela empresa no período. Expressa o desempenho econômico, por meio das receitas dos custos e despesas de um período, para apurar o resultado. É uma demonstração dos aumentos e reduções causados ao Patrimônio Líquido pelas operações da empresa.

De acordo com a Lei 6.404/76, artigo 187, a Demonstração do Resultado do Exercício discriminará:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
 - II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
 - III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
 - IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
 - VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)
 - VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
- § 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:
- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
 - b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

A DRE tem por objetivo a evidenciação das diversas fases do resultado e de demonstrar a formação do resultado final do exercício, ou seja, o lucro ou prejuízo, podendo ser estruturada da seguinte forma:

Quadro 1 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício
RECEITA (OPERACIONAL) BRUTA Venda de Mercadorias Venda de Produtos Prestação de Serviços
DEDUÇÕES DA RECEITA (OPERACIONAL) BRUTA Impostos faturados Devoluções e Abatimentos
RECEITA (OPERACIONAL) LÍQUIDA (1-2)
CUSTOS Das Mercadorias Vendidas Dos Produtos Vendidos Dos Serviços Prestados
LUCRO (OPERACIONAL) BRUTO (3-4)
DESPESAS (OPERACIONAIS) De vendas Receitas Financeiras Despesas Financeiras Gerais e Administrativas
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS (OPERACIONAIS) Receitas Despesas
RESULTADO (OPERACIONAL) LÍQUIDO (5-6+-7)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (opcional) Receitas Despesas
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA (8+-9)
PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES Debenturistas Administradores Empregados Outros Beneficiários Outras Contribuições
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (10-11-12)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

Fonte: Basso (2011, p. 315)

Na DRE é possível avaliar se os recursos obtidos foram aplicados de forma adequada e se houveram investimentos relevantes no capital de giro. Essas informações

de caráter gerencial são úteis para o desempenho da organização, pois retratam a situação da empresa, tornando possível uma administração voltada para a eficiência e a competência.

2.3.1.2 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade medem o rendimento dos capitais investidos e demonstram o sucesso (ou o insucesso) empresarial. Os índices de rentabilidade são calculados, geralmente, sobre as Receitas líquidas, podendo também ser calculados sobre as receitas brutas, deduzidas as Vendas canceladas e Abatimentos (HOJI, 2010).

Brizolla (2008, p.100) afirma que “a rentabilidade analisa os percentuais de remuneração dos diversos tipos de indicadores de capitais”.

Para calcular o ganho da empresa, em percentuais, em relação ao investimento realizado, deve ser efetuado o seguinte cálculo:

Quadro 2 – Fórmula para Cálculo da Rentabilidade

$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Investimento Total}}$
--

Fonte: Kassai *et al* (2000, p.77)

Diante do exposto, ao calcular o índice de rentabilidade, é possível perceber o rendimento dos investimentos efetuados, apresentando uma medida de rentabilidade por unidade monetária investida.

2.3.2 Análise de Viabilidade Financeira

De acordo com Hoji (2010) a análise financeira é realizada para saber se o investimento, do ponto de vista financeiro, é viável para determinado projeto, nessa análise é possível evidenciar a rentabilidade do negócio e verificar se os valores investidos serão reembolsados e remunerados de modo que as receitas sejam superiores as despesas de investimento e funcionamento.

Para a realização da análise de viabilidade financeira são utilizados instrumentos como o Fluxo de Caixa, a Taxa Interna de Retorno (TIR), a Taxa Mínima de Atratividade (TMA), o Valor Presente Líquido (VPL) e o Período de Payback Simples e Descontado.

(conclusão)

Amortizações														
Impostos e taxas														
FGTS a recolher														
INSS a recolher														
Outros														
3. AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DE CAIXA														
4. CAIXA ACUMULADO														
4. CAIXA ACUMULADO														

Fonte: Zdanowicz (2004, p.165)

Essa demonstração tem como objetivo indicar as sobras e faltas de caixa para o gestor identificar a situação financeira da empresa e, com base no resultado, poder planejar melhor suas ações.

2.3.2.2 Taxa Interna de Retorno

É a taxa de retorno de um projeto que, ao ser aplicada a um fluxo de caixa, faz com que os valores das despesas sejam iguais aos valores dos retornos dos investimentos, ambos trazidos a valor presente. Segundo Lindemeyer (2008, p.58) “a TIR é obtida através da análise projetiva do fluxo de caixa, sendo definida como a taxa de juros que torna nulo o VPL da alternativa analisada, ou seja, a taxa de juros onde as receitas e despesas se igualam”.

Hoji (2010, p.171) afirma que “...este método assume implicitamente que os fluxos de caixa líquidos periódicos são reinvestidos à própria TIR calculada para todo o investimento. O investimento será economicamente atraente se a TIR for maior que a taxa mínima de atratividade”.

Para calcular a TIR, Degen (2009, p. 169) diz que “[...] basta igualar o valor presente líquido (VPL) a zero na fórmula básica e calcular a taxa de retorno (TR) que, no caso, se iguala à taxa interna de retorno (TIR)”. Portanto a equação fica a seguinte:

$$VPL = -SCO + \frac{SC1}{(1 + TIR)} + \frac{SC2}{(1 + TIR)^2} + \dots + \frac{SCn}{(1 + TIR)^n} = 0$$

Onde:

VPL = valor presente líquido do fluxo de caixa;
 TR = taxa de retorno do período;
 TIR = taxa interna de retorno do período do fluxo de caixa;
 SCO = investimento inicial do novo negócio; e
 SCn = saldo operacional de caixa no período n.

A TIR é a taxa utilizada para igualar o valor de um investimento (valor presente) com os retornos futuros ou saldos de caixa. Geralmente é utilizada em análise de investimento e significa a taxa de retorno de um projeto. Desta forma é possível verificar que, analisando entre vários investimentos, o melhor será aquele que tiver a maior Taxa Interna de Retorno.

2.3.2.3 Taxa Mínima de Atratividade

A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) representa o mínimo que um investidor se propõe a ganhar quando faz um investimento, ou o máximo que uma pessoa se propõe a pagar quando faz um financiamento. Esta taxa é formada a partir do custo de oportunidade, da liquidez e do risco do negócio.

Para Casarotto Filho e Kopittke (2010, p.97), a TMA:

Ao se analisar uma proposta de investimento deve ser considerado o fato de se estar perdendo a oportunidade de auferir retornos pela aplicação do mesmo capital em outros projetos. A nova proposta para ser atrativa deve render, no mínimo, a taxa de juros equivalente à rentabilidade das aplicações correntes e de pouco risco. Esta é, portanto, a Taxa Mínima de Atratividade (TMA).

Desta forma o autor conclui que a TMA é considerada uma variável relevante para os métodos de análise de investimentos, e é utilizada para que a empresa não perca oportunidade de aplicar recursos em projetos que geram maior rentabilidade.

2.3.2.4 Valor Presente Líquido

Para trazer os investimentos e rendimentos para uma mesma data, com intuito levar em consideração o valor do dinheiro no tempo, utiliza-se o valor presente líquido (VPL), trazendo todos os valores para uma mesma data e confrontando os rendimentos e os investimentos adquiridos em um determinado período.

Conforme Andrade et al (2009), o Valor Presente Líquido (VPL) é conceituado como o retorno monetário do investimento descontado a uma taxa exógena, também definida como taxa de desconto.

Para Hoji, (2010, p.1707) o VPL:

Consiste em determinar o valor no instante inicial, descontando o fluxo de caixa líquido de cada período futuro (fluxo de caixa líquido periódico) gerado durante a vida útil do investimento, com a taxa mínima de atratividade, e adicionando o somatório dos valores descontados ao fluxo de caixa líquido do instante inicial.

O Quadro 4, mostra como deve ser analisado o resultado do VPL, retratando quando o projeto deve ser aceitável ou não.

Quadro 4 - Análise do Valor Presente Líquido

Se o Valor Presente Líquido for...	Então o projeto será...
Positivo	Aceitável, pois promete retorno maior do que a taxa de retorno exigida.
Nulo	Aceitável, pois promete retorno igual à taxa de retorno exigida.
Negativo	Inaceitável, pois promete retorno inferior à taxa de retorno exigida.

Fonte: Adaptado de Garrison e Noreen (2001)

Portanto, para avaliar se um o investimento é aceitável, é necessário calcular o VPL e que o resultado seja positivo, pois ele indicará que as entradas são maiores que as saídas na mesma data base, ou seja, os retornos superam os investimentos realizados no negócio.

2.3.2.5 Período de Payback

Payback é o período de tempo necessário para que as entradas de caixa sejam igualadas ao valor investido, ou seja, o tempo em que será utilizado para o valor do investimento ser recuperado.

Hoji (2010, p.171) define o Período de *Payback* como “o período em que o valor do investimento é recuperado, ou seja, é o prazo em que os valores dos benefícios líquidos de caixa se igualam ao valor do investimento inicial”.

De acordo com Penedo (2005), o *payback* time ou tempo de recuperação do capital, na sua forma mais simples, é o período de tempo mínimo despendido para o investidor acumular um saldo líquido simples de caixa, igual ao investimento inicial.

No entanto, esse método não considera o valor no tempo, sendo calculado com base no saldo acumulado do fluxo de caixa projetado, dessa forma, foi criado o método do *Payback* Descontado visando contornar a deficiência constatada no método do *Payback* Simples.

Brizolla (2011, p.30) explica e conceitua *Payback* Descontado:

Para contornar a deficiência de não considerar o valor do dinheiro no tempo, no *Payback* simples foi adicionado o custo de capital da empresa. Este novo procedimento é denominado como método do PBD, que mede o valor do prazo

de recuperação do capital investido. A ideia é simples, como os fundos alocados no investimento não são gratuitos, devemos incluir seus custos ao longo do prazo de análise do projeto de investimento.

Portanto, ao calcular o *payback* é possível encontrar o período em que se dará a recuperação do investimento e o prazo necessário para que as receitas líquidas do investimento cubram os custos.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Marconi (2011) em seu estudo intitulado de “Plano de Negócios: Análise da Viabilidade da Abertura de um escritório de contabilidade” utilizou a metodologia de um Plano de Negócios para projetar a estruturação de um escritório de contabilidade, dividiu o trabalho em dois cenários, pessimista e otimista, e constatou que para ambos o retorno do investimento foi positivo, viabilizando o projeto.

Duarte (2013) realizou um estudo intitulado de “Elaboração de um Plano de Negócios para implantação de um escritório de contabilidade em Ijuí-RS” utilizando a mesma metodologia de Marconi (2011), fez a análise de viabilidade mensalmente e chegou à conclusão que o retorno do investimento no escritório de contabilidade foi positivo e que será recuperado no nono mês de atividade, sendo assim, o projeto foi caracterizado como viável.

Machado (2010) realizou uma análise de viabilidade que teve o tema “Análise da Viabilidade de um negócio: Um estudo para abertura de um escritório de contabilidade” utilizando os métodos da análise de viabilidade econômica e financeira. Constatou que a estruturação de um escritório de contabilidade no município de Florianópolis, tanto para um cenário otimista quanto para o pessimista é viável e que o empresário consegue recuperar todo o investimento a partir do ano 3 para o cenário otimista e a partir do ano 9 para o cenário pessimista.

Dalmedico (2014) em seu trabalho de tema “Análise de Viabilidade econômica e financeira para estruturação de um escritório de contabilidade de Assessoria Contábil” utilizou os métodos da análise de viabilidade econômica e financeira e constatou que o investimento em um escritório de contabilidade no município de Panambi-RS é rentável e o empresário terá retorno do investimento no segundo ano de funcionamento do escritório.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos compreendem a classificação da pesquisa, o plano de coleta de dados (instrumentos de coletas de dados), o plano de análise e interpretação de dados e o plano de estrutura da Monografia utilizado para o desenvolvimento da mesma.

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com Raupp e Beuren (2006), considerando as particularidades da Contabilidade, as tipologias de delineamentos de pesquisa mais aplicáveis a esta área de conhecimento podem ser agrupadas em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema.

3.1.1 Quanto aos objetivos

Segundo Raupp e Beuren (2006) “quanto aos objetivos, é possível enquadrar o trabalho monográfico em como uma pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa.”

A pesquisa descritiva caracteriza-se como intermediária entre a pesquisa exploratória e a explicativa, visto que, não é muito preliminar quanto a primeira, nem tão profunda quanto a segunda.

Gil (2010, p.43) afirma que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Desta forma, o presente estudo se caracteriza como descritivo, pois descreve as variáveis principais envolvidas num investimento, tais como custos e despesas de aplicações em ativos fixos e em ativos circulantes, custos e despesas operacionais e quantidades de vendas.

3.1.2 Quanto aos procedimentos

Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados.

Gil (2010, p.65) afirma que “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”.

3.1.2.1 Estudo de Caso

O estudo de caso tem por característica o estudo isolado de um único caso e é comumente utilizado quando se deseja aprofundar os conhecimentos acerca de um determinado caso específico.

Beuren e Raupp (2006 p.84) afirma que “este tipo de pesquisa é realizado de maneira mais intensiva, em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo”.

De acordo com Gil (2010, p.73):

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

3.1.2.2 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é parte essencial para toda e qualquer pesquisa, é através dela que se explica o problema estudado, utilizando outras obras já publicadas de outros autores. Explica um mesmo tema, por diversos ângulos de autores distintos.

Para Cervo e Bervian (1983, p.55) a pesquisa bibliográfica “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental”.

Para Beuren (2003, p.87):

[...] no que diz respeito a estudos contábeis, percebe-se que a pesquisa bibliográfica está sempre presente, seja como parte integrante de outro tipo de pesquisa ou exclusivamente enquanto delineamento. [...] podem ajudar o estudante a conhecer o que foi produzido de importante sobre o objeto da pesquisa.

O estudo se classifica como pesquisa bibliográfica, tendo como base, material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos que possibilitam avaliar a viabilidade econômica do investimento proposto. Ainda assim, a pesquisa também é caracterizada como estudo de caso, realizado em um escritório de contabilidade no município de João Pessoa - PB.

3.1.3 Quanto a abordagem do problema

As tipologias de pesquisas aplicáveis quanto a abordagem do problema são as pesquisas qualitativas e quantitativas.

Segundo Souza, Fialho e Otani (2007, p.39) a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Richardson e Peres (1999, p.70) afirmam que o método quantitativo é:

Amplamente utilizado na condução da pesquisa, o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, consequentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.

O presente trabalho enquadra-se como pesquisa qualitativa e também como pesquisa quantitativa.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os dados, para realização deste trabalho, foram coletados através de pesquisa bibliográfica, consulta em livros, monografias, dissertações, pesquisas na internet revistas especializadas e outros documentos. Além de uma entrevista estruturada realizada com os sócios do escritório de contabilidade objeto deste estudo.

3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos dados realizou-se a interpretação dos mesmos, que é peça fundamental para o estudo. De acordo com Gil (2010, p.68) “após a coleta de dados a fase seguinte é a de análise e interpretação. Estes dois processos apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados”. Desta forma possibilitou a interpretação dos dados e a realização de análises capazes de proporcionar o entendimento dos fatos ocorridos durante a pesquisa.

Com os dados coletados, as informações foram passadas para planilhas eletrônicas e em seguida tabuladas para elaboração da Demonstração de Resultado, Fluxo de Caixa projetado do Escritório de Contabilidade e por fim, calcular os indicadores econômicos e financeiros.

4 RESULTADOS

Este capítulo aborda a parte prática do Trabalho de Conclusão de Curso, contemplando de maneira estruturada os dados e informações coletados anteriormente, a fim de atingir os objetivos propostos através dos cálculos e análises econômicas e financeiras realizadas.

Para garantir a confiabilidade deste estudo, é abordado o ramo de atividade do negócio proposto, suas características e especificidades. Em seguida são apresentados os investimentos realizados para o empreendimento, bem como as receitas e despesas dos períodos. A partir destes dados é demonstrada a análise de viabilidade econômica do projeto, através da DRE, IR e da análise de viabilidade financeira, utilizando o fluxo de caixa, TIR, VPL, TMA e do método de *payback* descontado.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO NEGÓCIO

O escritório foi constituído anteriormente por dois sócios e tem o foco voltado para a contabilidade das micro e pequenas empresas, prestando serviços na área fiscal, contábil, pessoal e legalização de empresas. A forma de tributação é pelo Simples Nacional, através da alíquota de 6% sobre o faturamento e constitui-se como empresa contábil, pois representa união de dois ou mais contadores para formar uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

A empresa tem sede no Centro da cidade de João Pessoa, onde o empreendedor possui uma sala com dois ambientes (ambiente funcionários e ambiente dos sócios) alugada de 80m² e caracteriza-se como referência de atividades comerciais da cidade.

O empreendimento presta serviço nas seguintes áreas:

- *Fiscal*: escrituração e identificação de incidência, base de cálculo, alíquotas e obrigações acessórias, com o respectivo cálculo dos impostos e contribuições devidos, que estão ligados às atividades das empresas clientes.
- *Pessoal*: registro das atividades de admissão, manutenção e demissão de empregados, ligados às atividades das empresas clientes. Processamento da folha de pagamento e gestão da documentação trabalhista e previdenciária dos clientes.
- *Contábil*: contabilização dos fatos e levantamento das demonstrações contábeis e financeiras.

- *Outros*: compreende a abertura, transferência e encerramento de empresas, consultoria e assessoria contábil.

4.2 INVESTIMENTO INICIAL

Para iniciar as atividades de qualquer empreendimento é necessário um investimento inicial. Foi alugada uma sala comercial com área total de 60 m², tamanho suficiente para alocação do escritório, com um banheiro, pequena cozinha, área de atendimento e o compartimento de trabalhos dos sócios e funcionários. Para o funcionamento do escritório foram detalhados os investimentos fixos, as despesas pré-operacionais e a necessidade de capital de giro. Foi montado todo o escritório adquirindo os móveis e equipamentos para bem atender os clientes.

Na tabela 1 são apresentados os investimentos iniciais compostos por máquinas e equipamentos e móveis e utensílios:

Tabela 1 – Investimentos Fixos

(continua)

INVESTIMENTO FIXO REALIZADO			
Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Máquinas e Equipamentos		6.542,70	13.718,20
Notebook	3	1.499,00	4.497,00
Impressora	2	650,00	1.300,00
Telefone sem fio	2	90,00	180,00
Bebedouro d'água	1	300,00	300,00
Ar Split 12000 BTUS	2	1.459,00	2.918,00
Computadores	2	1.199,00	2.398,00
Calculadoras	5	49,90	249,50
Nobreak	2	579,90	1.159,80
Software	1	605,00	605,00
Cafeteira	1	110,90	110,90
Móveis e Utensílios		3.469,50	6.258,70
Mesa Formato L	4	350,00	1.400,00
Escrivaninha	2	159,90	319,80
Cadeiras giratórias	5	299,90	1.499,50
Armário Porta Arquivo 4 Gavetas	2	179,90	359,80
Armário	1	650,00	650,00
Mesa Redonda (Reunião)	1	500,00	500,00
Estante de aço para almoxarifado	1	250,00	250,00
Cadeiras	3	99,90	299,70

(conclusão)			
Conjunto Microondas/Frigobar	1	979,90	979,90
Total Investimento Fixo			19.976,90

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Os valores utilizados referem-se aos valores passados pelo Sócio do escritório de acordo com as Notas Fiscais dos bens adquiridos, vale ressaltar que todos os bens foram comprados novos, o que evitará manutenções nos primeiros anos de utilização. Pode-se perceber que mesmo adquirindo os bens novos, os valores dos investimentos não são tão consideráveis, totalizando R\$ 19.976,90 (dezenove mil, novecentos e setenta e seis reais e noventa centavos).

A tabela 2 apresenta os gastos pré-operacionais dos sócios para abertura e legalização do escritório de contabilidade, alvará municipal, infraestrutura e publicidade, totalizando o valor de R\$ 2.194,64 (dois mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), sendo o valor mais representativo os gastos com Infraestrutura que totalizam R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

Tabela 2 – Investimentos Pré-operacionais

INVESTIMENTOS PRÉ-OPERACIONAIS		
Descrição	Valor R\$	Valor %
Abertura da Empresa	339,74	15,48%
Alvará Municipal	354,90	16,17%
Publicidade	500,00	22,78%
Infraestrutura	1.000,00	45,57%
Total dos Investimentos pré-operacionais	2.194,64	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

O valor referente ao capital de giro está destacado na tabela 3, onde também foram considerados os investimentos fixos e pré-operacionais, totalizando o valor do investimento inicial realizado pelos sócios. O capital de giro foi estabelecido pelos sócios no total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo integralizado 50% por cada sócio.

O investimento total do negócio totalizou R\$ 27.171,54, sendo o valor mais representativo os gastos com investimentos fixos que totalizaram R\$ 19.976,90 ou 73,52%, depois o capital de giro que foi de R\$ 5.000,00 ou 18,40% e por último, não menos importante, os investimentos pré-operacionais que totalizaram R\$ 2.194,64 ou 8,08% do total do investimento.

Tabela 3 – Capital de Giro

CAPITAL DE GIRO		
Descrição	Valor R\$	Valor %
Investimentos Fixos	19.976,90	73,52%
Capital de Giro	5.000,00	18,40%
Investimentos pré-operacionais	2.194,64	8,08%
Total Investimento Inicial	27.171,54	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

4.3 DESEMBOLSOS E INGRESSOS

Nesse item foram apresentados os dados relativos aos desembolsos e ingressos do projeto, que foram observados através da entrevista com os sócios do escritório. Em seguida, para tornar possível o entendimento e a compreensão dos valores, estes dados serão explicados para enfim abordar as análises de viabilidade.

4.3.1 Despesas

A despesa com pessoal é composta pelo montante de dispêndios que a empresa tem com seus funcionários, incluindo os valores que devem ser pagos aos colaboradores, os encargos sociais e as provisões. Inicialmente foram contratados apenas três colaboradores, que permanecem atualmente, calculando uma despesa mensal com pessoal no valor de R\$ 59.336,14 para o ano de 2016, R\$ 65.269,75 para o ano de 2017 e R\$ 68.533,24 para o ano de 2018, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Despesas com Pessoal

DESPESAS COM PESSOAL					
Descrição	%	2016	2017	2018	Total
Salário Bruto		1.200,00	1.320,00	1.386,00	3.906,00
13º Salário	8,33%	99,96	109,96	115,45	325,37
Férias	8,33%	99,96	109,96	115,45	325,37
1/3 de férias	2,78%	33,32	36,65	38,48	108,46
Subtotal		1.433,24	1.576,56	1.655,39	4.665,20
FGTS	8%	114,66	126,13	132,43	373,22
Provisões	7%	100,33	110,36	115,88	326,56
Total		1.648,23	1.813,05	1.903,70	5.364,98
Nº de funcionários		3	3	3	3
Total Mensal		4.944,68	5.439,15	5.711,10	16.094,93
Total Anual		59.336,14	65.269,75	68.533,24	193.139,12

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Agregam esta despesa os encargos sociais, ou seja, salário bruto, sobre o qual são apropriados 8,33% de 13º Salário, 8,33% de férias e 2,78% para 1/3 constitucional de férias. Quanto aos encargos trabalhistas, é calcula uma despesa de FGTS de 8%, além de 7% de previsões referente às faltas remuneradas e licenças que os trabalhadores têm direito, como por motivo de falecimento de familiar, casamento e nascimento de filho, além da multa rescisória do FGTS. Vale salientar que pelo fato da empresa ser optante pelo Simples Nacional, o valor referente ao INSS Patronal é embutido dentro da alíquota mensal.

Os sócios serão remunerados a título de pró-labore no valor de R\$ 60.000,00 para o ano de 2016, para os anos seguintes foi estabelecido pelos sócios o aumento de 10% no valor do pró-labore, totalizando R\$ 66.000,00 para o ano de 2017 e R\$ 72.600,00 para o ano de 2018. Com relação ao INSS e o Imposto de Renda Retido na Fonte dos sócios, a empresa somente retém o valor e repassa para o órgão competente, não impactando em despesa para empresa. Na tabela 5 estão demonstrados os valores mensais e anuais a título de pró-labore:

Tabela 5 – Despesas com pró-labore

DESPESA COM PRÓ-LABORE			
Descrição	2016	2017	2018
	Valor Mensal	Valor Mensal	Valor Mensal
Pró-labore	2.500,00	2.750,00	3.025,00
Quantidade de Sócios	2,00	2,00	2,00
Valor Total	60.000,00	66.000,00	72.600,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Neste estudo, a depreciação é caracterizada como uma despesa fixa, representando a perda de valor do bem em função do uso ou obsolescência, não sofrendo alteração em função do volume de vendas. O valor da depreciação tem por base o custo de aquisição subtraído o valor residual, que poderá ser recuperado ao fim de sua vida útil.

Na tabela 6 apresentam-se as despesas de depreciação, para as máquinas e equipamentos foi considerada uma vida útil de 5 anos, correspondente a uma taxa de depreciação de 20% ao ano estimada para cada bem.

Tabela 6 – Depreciação das máquinas e equipamentos

DEPRECIAÇÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS					
Descrição	Valor do Bem	Valor Residual	Valor a Depreciar	Taxa de Depreciação	Depreciação Anual
Notebook	4.497,00	449,70	4.047,30	20%	809,46
Impressora	1.300,00	130,00	1.170,00	20%	234,00
Telefone sem fio	180,00	18,00	162,00	20%	32,40
Bebedouro d'água	300,00	30,00	270,00	20%	54,00
Ar Split 12000 BTUS	2.918,00	291,80	2.626,20	20%	525,24
Computadores	2.398,00	239,80	2.158,20	20%	431,64
Calculadoras	249,50	24,95	224,55	20%	44,91
Nobreak	1.159,80	115,98	1.043,82	20%	208,76
Software	605,00	60,50	544,50	20%	108,90
Cafeteira	110,90	11,09	99,81	20%	19,96
Total	13.718,20	1.371,82	12.346,38		2.469,28

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Dessa forma, o valor a depreciar anualmente do grupo máquinas e equipamentos foi de R\$ 2.469,28, considerando todos os bens que compõem o grupo.

Já em relação a depreciação de móveis e utensílios foi determinada uma taxa de depreciação de 10% ao ano, ou seja, uma vida útil de 10 anos, demonstrada na tabela 7.

Tabela 7 – Depreciação dos móveis e utensílios

DEPRECIAÇÃO MÓVEIS E UTENSÍLIOS					
Descrição	Valor do Bem	Valor Residual	Valor a Depreciar	Taxa de Depreciação	Depreciação Anual
Mesa Formato L	1.400,00	140,00	1.260,00	10%	126,00
Escrivaninha	319,80	31,98	287,82	10%	28,78
Cadeiras giratórias	1.499,50	149,95	1.349,55	10%	134,96
Armário Porta Arquivo 4 Gavetas	359,80	35,98	323,82	10%	32,38
Armário	650,00	65,00	585,00	10%	58,50
Mesa Redonda (Reunião)	500,00	50,00	450,00	10%	45,00
Estante de aço para almoxarifado	250,00	25,00	225,00	10%	22,50
Cadeiras	299,70	29,97	269,73	10%	26,97
Conjunto Microondas/Frigobar	979,90	97,99	881,91	10%	88,19
Total	6.258,70	625,87	5.632,83		563,28

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Desta forma, o valor anual considerado para depreciação anual do grupo móveis e utensílios foi R\$ 563,28.

Os custos com depreciação, considerando os dois grupos, ficou no valor de R\$ 3.032,56, sendo R\$ 2.469,28 para o grupo máquinas e equipamentos e R\$ 563,28 para o grupo móveis e utensílios.

Na tabela 8 foram calculadas todas as despesas fixas para os três anos objetos desse estudo, ressalta-se que alguns valores das despesas fixas do ano de 2016 não foram identificados pelos sócios, sendo assim, foram considerados os valores das despesas de 2017 e aplicou-se a taxa de inflação, achando o valor dessas despesas no ano de 2016.

Tabela 8 – Despesas Fixas Anuais

DESPESAS FIXAS ANUAIS			
Descrição	2016	2017	2018
Aluguel	9.600,00	10.560,00	11.700,00
Energia Elétrica	6.000,00	6.408,00	6.888,00
Telefone e Internet	2.760,00	3.300,00	3.600,00
Material de Expediente	1.440,00	1.920,00	2.400,00
Material de Higiene e Limpeza	480,00	540,00	600,00
Despesas Financeiras	480,00	600,00	720,00
Mensalidade Software	6.360,00	6.960,00	7.260,00
Pro labore	60.000,00	66.000,00	72.600,00
Salários	59.336,14	65.269,75	68.533,24
Vale Alimentação Funcionários	6.732,00	7.128,00	7.524,00
Depreciação	3.032,56	3.032,56	3.032,56
Total	156.220,70	171.718,31	184.857,80

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Os gastos fixos totalizam R\$ 156.220,70 para o ano de 2016, R\$ 171.718,31 para o ano de 2017 e R\$ 184.857,80 em 2018. Destacam-se pela maior representatividade os gastos com pessoal, pró-labore e aluguel do imóvel.

4.3.2 Receitas

Como o escritório atua com prestação de serviços da área contábil, fiscal, de pessoal e principalmente a consultoria, terá condições de atender diversos ramos de negócios, dentre eles comércio, indústrias e empresas prestadoras de serviços.

Os sócios destacaram que os valores dos serviços prestados variam de acordo com a forma de tributação do cliente, sendo assim, os preços variam basicamente em três linhas de serviço: Clientes do Simples Nacional, Lucro Presumido e do Lucro Real. A tabela 9 demonstra os valores cobrados pelo escritório para prestar os serviços de contabilidade para os três anos estudados nesse trabalho:

Tabela 9 – Valores dos Serviços Prestados

VALORES DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Descrição	2016	2017	2018
Simples Nacional	440,00	468,50	477,00
Lucros Presumido	880,00	937,00	954,00
Lucro Real	1.200,00	1.320,00	1.452,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Quando aos clientes do escritório, os sócios destacam que no primeiro ano (2016) foi o ano de menor receita do escritório, pois o empreendimento era novo e consequentemente a quantidade de clientes ainda era baixa, totalizando 15 clientes para o ano de 2016. No ano de 2017 a quantidade de cliente foi quase o dobro do primeiro ano, atingindo uma quantidade de 25 clientes. Por fim, o ano de 2018 finalizou com 33 clientes. A tabela 10 detalha as receitas geradas de acordo com os clientes de cada ano:

Tabela 10 – Receita dos Serviços Prestados

RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS						
Descrição	2016		2017		2018	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Simples Nacional	10	52.800,00	15	84.330,00	18	103.032,00
Lucros Presumido	4	42.240,00	8	91.584,00	11	125.928,00
Lucro Real	1	14.400,00	2	34.848,00	2	34.848,00
Valor Anual	15	109.440,00	25	210.762,00	30	263.808,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Os serviços prestados totalizaram uma receita de R\$ 109.440,00 para o ano de 2016, R\$ 210.762,00 para o ano de 2017 e finalizando 2018 com uma receita de serviços prestados no valor de R\$ 263.808,00.

O escritório também presta serviços externos que são cobrados separadamente, como: abertura, alteração e fechamento de empresas e Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF. Desta forma, a tabela 11 mostra um valor estimado, calculado pelos sócios, dos recebimentos referente à essas prestações de serviços:

Tabela 11 – Receitas dos Serviços Extras

VALORES RECEBIDOS DOS SERVIÇOS EXTRAS			
Descrição	2016	2017	2018
Legalização de Empresas	4.000,00	3.500,00	4.200,00
IRPF	300,00	750,00	900,00
Total Anual	4.300,00	4.250,00	5.100,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Pode-se perceber que os valores dos serviços extras contribuem positivamente para o faturamento da empresa, sendo R\$ 4.300,00 para o ano de 2016, R\$ 4.250,00 para o ano de 2017 e R\$ 5.100,00 para o ano de 2018.

Sendo assim, a Receita Anual do escritório de contabilidade é calculada pela soma da receita dos serviços prestados com os valores dos serviços extras. A tabela 12 mostra o valor da Receita Total Anual do escritório nos três anos:

Tabela 12 – Receita Total Anual

RECEITA TOTAL ANUAL			
Descrição	2016	2017	2018
Serviços Prestados	109.440,00	210.762,00	263.808,00
Serviços Extras	4.300,00	4.250,00	5.100,00
Receita Total	113.740,00	215.012,00	268.908,00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Pode-se perceber que o faturamento do escritório aumentou significativamente de um ano para o outro, devido ao aumento da quantidade de clientes que o escritório obteve, no ano de 2016 o escritório faturou um total de R\$ 113.740, em 2017 um total de R\$ 215.012,00, significando um aumento de 89,04% em 2017 e faturou R\$ 268.908,00 aumentando seu faturamento em 25,07% em 2018. Após levantar os valores da Receita do escritório para os três anos, foi calculado o valor do imposto. Como a empresa é optante pelo Simples Nacional, o cálculo do imposto está demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 13 – Cálculo do Simples Nacional

SIMPLES NACIONAL			
Ano	Receita	Alíquota	Imposto
2016	113.740,00	6%	6.824,40
2017	215.012,00	8,21%	17.652,48
2018	268.908,00	8,21%	22.077,43

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

O valor do imposto foi obtido através dos extratos mensais do Simples Nacional disponibilizados pelos sócios do escritório. Para o primeiro ano foi utilizado uma alíquota de 6,00% pois o faturamento não excedeu R\$ 180.000,00, para o segundo e terceiro ano a alíquota utilizada foi de 8,21% em vista que o faturamento ficou na faixa de R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00, totalizando um valor de R\$ 6.824,40 para 2016, R\$ 17.652,48 para 2017 e R\$ 22.077,43 para o ano de 2018.

4.4 ANÁLISE DE VIABILIDADE

Neste capítulo, serão apresentadas as demonstrações contábeis para a comprovação da viabilidade econômica e financeira da empresa em estudo, bem como as análises elaboradas a partir dos resultados encontrados. Inicialmente será apresentada a análise de viabilidade econômica e em seguida a análise de viabilidade financeira.

4.4.1 Análise de Viabilidade Econômica

Através da análise de viabilidade econômica do projeto, realizada a partir da demonstração do resultado do exercício, do índice de rentabilidade e do índice de lucratividade, foi possível avaliar os resultados de cada período.

4.4.1.1 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração de resultado dos três anos de funcionamento da empresa foi elaborada de acordo com as receitas e despesas já apresentadas anteriormente nesse estudo, vale destacar que o reconhecimento das receitas e despesas ocorreram conforme determina o princípio da competência.

Na demonstração de resultado apresentada na tabela 14, observa-se inicialmente a receita operacional bruta, decorrente da prestação de serviços e serviços extras, em seguida estão as deduções da receita, ou seja, os impostos incidentes sobre ela. Então, diminuiu-se o valor dos impostos (Simples Nacional), chegando ao valor da receita operacional líquida.

Da receita operacional líquida foram diminuídas as despesas operacionais, chegando ao resultado líquido do exercício. O resultado obtido foi positivo para os anos de 2017 e 2018 e negativo para o ano de 2016.

Tabela 14 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
DRE	2016	2017	2018
Discriminação	Valores R\$	Valores R\$	Valores R\$
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	113.740,00	215.012,00	263.808,00
Serviços Prestados	109.440,00	210.762,00	286.704,00
Serviços Extras	4.300,00	4.250,00	5.100,00
2. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(6.824,40)	(17.652,48)	(22.077,43)
Simples Nacional	(6.824,40)	(17.652,48)	(22.077,43)
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	106.915,60	197.359,52	241.730,57
4. DESPESAS	(156.220,70)	(171.718,31)	(184.857,80)
Salários e Encargos	(59.336,14)	(65.269,75)	(68.533,24)
Vale Alimentação Funcionários	(6.732,00)	(7.128,00)	(7.524,00)
Energia Elétrica	(6.000,00)	(6.408,00)	(6.888,00)
Pró-Labore	(60.000,00)	(66.000,00)	(72.600,00)
Mensalidade Software	(6.360,00)	(6.960,00)	(7.260,00)
Telefone e Internet	(2.760,00)	(3.300,00)	(3.600,00)
Material de Limpeza	(480,00)	(540,00)	(600,00)
Material Expediente	(1.440,00)	(1.920,00)	(2.400,00)
Despesas financeiras	(480,00)	(600,00)	(720,00)
Depreciação	(3.032,56)	(3.032,56)	(3.032,56)
Aluguel	(9.600,00)	(10.560,00)	(11.700,00)
5. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(49.305,10)	25.641,21	56.872,77

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

De acordo com os sócios do escritório, a DRE é o principal indicador utilizado para saber como está o desenvolvimento do negócio, ao serem questionados se os valores estão agradando, eles afirmam que os valores dos três primeiros anos obtidos através da DRE surpreenderam as expectativas geradas. Pode-se perceber que o valor para o ano de 2016 foi negativo, ou seja, a empresa deu prejuízo, o que já era esperado por causa da pequena quantidade de clientes no primeiro ano de funcionamento. Para os anos seguintes a empresa teve lucro, R\$ 25.64,21 em 2017 e R\$ 56.872,77 em 2018, apresentando um aumento de 121,80% no resultado líquido de um ano para o outro.

4.4.1.2 Índice de Rentabilidade

Para encontrar o percentual relativo ao índice de rentabilidade, que indica em percentual o ganho da empresa em relação ao investimento realizado, foi preciso dividir o lucro líquido de cada período pelo total do investimento do projeto, e este resultado multiplicar por 100, conforme demonstrado na tabela 15:

Tabela 15 – Índice de Rentabilidade

ÍNDICE DE RENTABILIDADE			
	2016	2017	2018
Lucro Líquido	(49.305,10)	25.641,21	56.872,77
Total de Investimento	27.171,54	27.171,54	27.171,54
IR		-5,63%	109,31%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Durante a entrevista, os sócios afirmaram ter conhecimento sobre o índice para calcular a rentabilidade do empreendimento, mas constataram que não utilizaram este indicador para saber se o investimento estava sendo rentável ou não.

Ao observar o índice de rentabilidade, pode-se perceber que não foi calculado para o ano de 2016 em decorrência da empresa ter dado prejuízo. Em 2017 o valor do índice foi negativo, ou seja, os empresários não tiveram rentabilidade alguma para o ano analisado. Já para 2018, a rentabilidade foi de 109,31%, desta forma, é possível afirmar que os empresários obtiveram rentabilidade com a estruturação do escritório, no terceiro ano de funcionamento.

4.4.1.3 Índice de Lucratividade

Para encontrar o percentual do índice de lucratividade, dividiu-se o lucro líquido de cada exercício pela receita operacional líquida de cada período, sendo este resultado multiplicado por 100. Desta forma tem-se o índice relativo a cada período, e logo abaixo a média de todos os períodos, possibilitando desta forma realizar as análises necessárias. Quanto maior esse percentual melhor, pois demonstra que após realizar seus serviços e pagar suas despesas e impostos, sobrarão valores para possíveis investimentos. O cálculo da lucratividade foi demonstrado na tabela 16:

Tabela 16 – Índice de Lucratividade

ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE			
	2016	2017	2018
Lucro Líquido	(49.305,10)	25.641,21	56.872,77
Receita Operacional Líquida	106.915,60	197.359,52	241.730,57
IL		12,99%	23,53%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Quando questionados se utilizavam o índice de lucratividade para avaliar o negócio, os sócios afirmaram que não utilizaram o mesmo, evidenciando que, da análise

de viabilidade econômica, a Demonstração de Resultado de Exercício foi a única que influenciou no processo de tomada de decisão.

Ao observar o índice de lucratividade, pode-se perceber que no primeiro ano de funcionamento do escritório não houve lucro, devido ao prejuízo acumulado na DRE para o exercício, no segundo ano o lucro foi 12,99% aumentando para 23,53% no último ano analisado.

Pode-se chegar à conclusão que os valores do índice são satisfatórios, ressaltando que o mesmo se mantém crescente de um ano para o outro, gerando expectativas positivas para os próximos anos de funcionamento do escritório.

4.4.2 Análise de Viabilidade Financeira

Neste estudo foram utilizados cinco métodos para analisar a viabilidade financeira do empreendimento, são eles: fluxo de caixa, taxa interna de retorno, taxa mínima de atratividade, valor presente líquido e período de *payback*.

Assim, foi possível avaliar os retornos de caixa gerados a cada período, bem como a taxa e períodos necessários para os sócios obterem o retorno desejado do investimento.

4.4.2.1 Fluxo de Caixa

Através do fluxo de caixa foi possível comparar os valores recebidos em caixa referente às prestações de serviços, com as saídas de caixa relativos às despesas operacionais e financeiras.

Ao elaborar um fluxo de caixa, objetiva-se representar as entradas e saídas monetárias referentes a um determinado período, sendo um instrumento importante para a análise de desempenho financeiro do empreendimento. Desta forma obtém-se o fluxo de caixa de cada período, que posteriormente será utilizado como base de dados para o cálculo de outros indicadores.

A tabela 17 demonstra as entradas e saídas de caixa, ou seja, os valores gerados a partir das operações efetivas do período observado no momento da pesquisa, vale ressaltar que neste contexto a depreciação não foi considerada por não se caracterizar um desembolso efetivo no caixa da empresa.

Verifica-se ao analisar os valores dos fluxos de caixa do período analisado, que no período 0 encontra-se o valor referente ao investimento inicial do projeto, que é de R\$ 27.171,54.

No primeiro ano os ingressos referentes aos serviços prestados totalizaram R\$ 113.740, no segundo ano o valor foi R\$ 215.012,00 e no terceiro ano totalizou R\$ 291.804,00. Com relação às saídas de caixa, no primeiro ano totalizou R\$ 160.012,54, no segundo ano R\$ 186.338,23 e no terceiro ano R\$ 203.902,67.

Subtraindo o total das entradas do total de saídas encontra-se o caixa do período, com um valor negativo de R\$ -46.272,54 para o ano de 2016, R\$ 28.673,77 para o ano de 2017 e R\$ 87.901,33 para o ano de 2018.

Tabela 17 – Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA				
Descrição	Ano 0	2016	2017	2018
INGRESSOS		113.740,00	215.012,00	291.804,00
Serviços prestados		109.440,00	210.762,00	286.704,00
Serviços Extras		4.300,00	4.250,00	5.100,00
(-) Outras deduções				
DESEMBOLSOS		160.012,54	186.338,23	203.902,67
Investimento inicial	-27.171,54			
Impostos - Simples Nacional		6.824,40	17.652,48	22.077,43
Salários e Encargos		59.336,14	65.269,75	68.533,24
Vale Alimentação				
Funcionários		6.732,00	7.128,00	7.524,00
Energia elétrica		6.000,00	6.408,00	6.888,00
Pró-Labore		60.000,00	66.000,00	72.600,00
Mensalidade Software		6.360,00	6.960,00	7.260,00
Telefone e internet		2.760,00	3.300,00	3.600,00
Material de limpeza		480,00	540,00	600,00
Material expediente		1.440,00	1.920,00	2.400,00
Despesas financeiras		480,00	600,00	720,00
Aluguel		9.600,00	10.560,00	11.700,00
Caixa do Período	-27.171,54	- 46.272,54	28.673,77	87.901,33
Caixa inicial		- 27.171,54	- 73.444,08	- 44.770,31
Saldo final de Caixa		- 73.444,08	- 44.770,31	43.131,02

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Com relação ao Fluxo de Caixa, os sócios afirmam conhecer a demonstração e utilizar no processo de tomada de decisão, porém não fizeram a projeção do fluxo de caixa antes de iniciar o empreendimento, sendo assim, começaram a utilizar o fluxo de caixa após o primeiro ano de funcionamento do empreendimento.

De modo geral, os fluxos de caixa apresentados para cada período podem ser considerados satisfatórios, ressaltando que para o primeiro o valor foi negativo, mas seguiu uma linha crescente para os anos seguintes, tornando os valores em caixa positivos.

4.4.2.2 Taxa Mínima de Atratividade

A Taxa Mínima de Atratividade é determinada por outras oportunidades existentes no mercado no qual o investidor poderia aplicar seu capital ao invés de investir na atividade em estudo. A TMA refere-se à taxa mínima desejada de remuneração do capital investido pelo empreendedor, neste sentido, foi determinada pelos sócios do escritório uma TMA de 15%.

Para analisar se o projeto tem viabilidade deve-se comparar a Taxa Mínima de Atratividade com a Taxa Interna de Retorno. No projeto em questão, o percentual estabelecido para a TMA levou em consideração a decisão dos sócios de acordo com os rendimentos que poderiam ser obtidos com a aplicação do dinheiro.

4.4.2.3 Taxa Interna de Retorno

A taxa interna de retorno tem a finalidade de comprovar a rentabilidade de determinado projeto, sendo comumente utilizada em análises de investimentos.

Esta taxa é calculada a partir do total de valor investido e dos valores de fluxo de caixa gerados ao longo dos períodos em questão. Desta forma é possível verificar que, analisando entre vários investimentos, o melhor será aquele que tiver a maior Taxa Interna de Retorno.

Tabela 18 – Taxa Interna de Retorno

TAXA INTERNA DE RETORNO	
TIR	24,24%
INVESTIMENTO INICIAL	-27.171,54
RESULTADO FINAL 2016	-46.272,54
RESULTADO FINAL 2017	28.673,77
RESULTADO FINAL 2018	87.901,33

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Ao serem questionados sobre a Taxa Interna de Retorno, os sócios afirmaram desconhecer sobre este indicador e consequentemente não utilizaram para avaliar se haveria retorno no investimento.

Levando em consideração uma TMA de 15% pode-se concluir que o projeto é atraente, tendo em vista que o indicador da TIR apresentou um índice de 24,24%, ou seja, a taxa de retorno do investimento é superior à taxa mínima de atratividade, superando as expectativas mínimas do investidor.

Dessa forma, o índice de 24,24% pode ser considerado um bom indicador, já que para um projeto ser considerado viável a TIR deve superar a TMA.

4.4.2.4 Valor Presente Líquido

O método Valor Presente Líquido (VPL) sempre que for positivo, ou seja, quando superar ao valor do investimento, significa que o retorno será acima do custo de oportunidade da empresa. A tabela 19, demonstra o cálculo de análise de investimento pelo método do valor presente líquido, considerando-se uma TMA de 15%:

Tabela 19 – Valor Presente Líquido

VALOR PRESENTE LÍQUIDO			
TMA			15%
Ano	Fluxo	Cálculo VPL	Saldo VPL
0	-27.171,54	-27.171,54	-27.171,54
2016	-46.272,54	-40.236,99	-67.408,53
2017	28.673,77	21.681,49	-45.727,04
2018	87.901,33	57.796,55	12.069,51

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Assim como na Taxa Interna de Retorno, os sócios afirmaram que não utilizaram/utilizam o Valor Presente Líquido para avaliar a viabilidade do projeto, dessa forma, não é possível observar se o projeto é viável e gerará retorno para o investimento efetuado.

De acordo com o cálculo apresentado na tabela 19, verifica-se que o negócio é atrativo, pois calculou-se um valor presente líquido de R\$ 12.069,51 ao final do período. Sendo assim, o valor do VPL positivo ao final dos períodos analisados, torna o projeto viável e demonstra que foram gerados ganhos para o investidor do empreendimento.

4.4.2.5 Período de Payback

Período de *payback* é o momento em que o fluxo de caixa acumulado torna-se positivo e o tempo demandando para isso, ou seja, é o período de recuperação do investimento inicial. Neste estudo foi considerado o método de *payback* simples, que não

considera o valor do dinheiro no tempo, e o método de *payback* descontado, que considera o valor do dinheiro no tempo.

Tabela 20 – Período de *Payback*

PERÍODO DE PAYBACK				
	Fluxo de Caixa	Saldo	Fluxo de Caixa	Saldo
Investimento Inicial	-27.171,54	-27.171,54	-27.171,54	-27.171,54
2016	-46.272,54	-73.444,08	-46.272,54	-73.444,08
2017	28.673,77	-44.770,31	24.372,70	-49.071,38
2018	87.901,33	43.131,02	74.716,13	25.644,76
	<i>Payback Simples</i>	3,5	<i>Payback Descontado</i>	3,7

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019)

Quanto ao período de *payback*, os sócios afirmaram desconhecer esse indicador, e consequentemente, não utilizaram esse indicador para saber quando seria recuperado o investimento efetuado.

O *payback* encontra o período que o investimento será recuperado, encontrando o prazo necessário para que as receitas líquidas de um investimento cubram seu custo.

Ao comparar os dois métodos utilizados, observa-se que tanto no *payback* simples quanto no descontado, o retorno acontece no terceiro ano, porém no *payback* simples esse retorno acontece em menor tempo. Vale ressaltar que o método não considera o valor do dinheiro no tempo, considerando assim, uma desvantagem apresentada neste método.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar um negócio próprio corresponde à realização do sonho de muitos empreendedores, porém é preciso muito mais que uma ideia para se obter êxito no mercado. Para adentrar ao mercado, é necessário ter um diferencial para atrair clientes, que até então, já estão sendo atendidos pela concorrência.

Para identificar a viabilidade de abertura de um negócio se faz necessário um planejamento adequado para subsidiar a tomada de decisão, identificando os riscos e propondo estratégias para minimizá-los.

O presente trabalho teve por objetivo verificar a viabilidade para a implementação de um escritório de Contabilidade no município de João Pessoa. É importante ressaltar que os sócios realizaram o investimento no escritório sem considerar todos os índices necessários para um bom planejamento, ocasionando um grande risco para sucesso do empreendimento.

Para que os objetivos do estudo fossem alcançados, foi realizada uma revisão de literatura referente à contabilidade, em especial à contabilidade gerencial, que permitiu ampliar os conhecimentos a respeito dos indicadores econômicos e financeiros, os quais serviram de suporte para desenvolver o estudo de caso do presente trabalho de conclusão de curso.

Na descrição da empresa, observou-se o negócio, os serviços prestados e a estrutura do escritório de contabilidade, para entender como era o funcionamento e as perspectivas de atuação no mercado

Através da análise de viabilidade econômica, foram descritos o investimento inicial, despesas e receitas do escritório. Estes valores foram baseados nos dados obtidos através da entrevista realizada com os sócios. Foi elaborada a DRE onde foi possível perceber que a partir do segundo ano o empreendimento já apresentava lucro, foi calculado o índice de rentabilidade, obtendo-se um percentual de 109,31% para o terceiro ano e foi calculada a lucratividade, onde mostrou que o escritório foi lucrativo a partir do segundo ano de funcionamento.

Na análise de viabilidade financeira foi avaliado a taxa de retorno do investimento, a taxa mínima de atratividade, o valor presente líquido e o período de *payback*, além de elaborar o fluxo de caixa do negócio. É importante ressaltar que os índices calculados foram satisfatórios, onde, através da TIR pode-se perceber que o retorno do investimento

é maior que a TMA, o VPL e o *Payback* indicam que os sócios terão rentabilidade no investimento a partir do terceiro ano e na o fluxo de caixa demonstra que o valor em caixa é positivo a partir do segundo ano de funcionamento do estabelecimento.

Sendo assim, comprovou-se a viabilidade do investimento realizado pelos sócios, tendo em vista que os resultados encontrados nas análises de viabilidade foram satisfatórios e que os indicadores de desempenho econômico e financeiro e de rentabilidade e lucratividade foram bons.

Desse modo, partindo do objetivo geral desse estudo, pode-se constatar que é viável a abertura de um escritório de contabilidade em João Pessoa-PB.

O estudo limita-se a um escritório de contabilidade que prestará serviços nas áreas fiscal, contábil, pessoal, legalização de empresas e consultoria, não realizando atividades de Perícia e Auditoria.

Como se trata de uma análise de viabilidade econômica de um escritório de contabilidade, esse estudo não se aplica a outros tipos de negócios, mas pode ser devidamente modificado para que se aplique.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. N.; SILVA, R. A. M. S.; ROÇA, R.O. **Manejo pré-abate de bovinos de corte no Pantanal, Brasil**. Archivos de Zootecnia, v.58, n.222, 2009.
- ATKINSON, A.; BANKER, R. D.; YOUNG, R. S. M. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BARRETO, G. A. **Manual do Contador**. Belo Horizonte: Copyright, 2013/2014.
- BASSO, I. P. **Contabilidade geral básica**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.
- BASSO, I. P. **Contabilidade geral básica**. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- BERTOGLIO, O.; BRASAGA, B. A. Projetos de investimentos, empreendedorismo e aspectos de mercado: caracterização e importância para as organizações. **RACI – Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau, Getúlio Vargas**, v. 3, n. 7, jul/dez. 2008.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BRIZOLLA, M. M. B. **Contabilidade Gerencial**. Ijuí: Ed Unijuí, 2008.
- CASAROTTO FILHO, N; KOPITKE, B. H. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica e tomada de decisão**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- CERVO, A. L; BERVIAN, A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: teoria e pratica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: teoria e pratica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- DALMEDICO, V. R. **Análise de Viabilidade econômica e financeira para estruturação de um escritório de contabilidade de Assessoria Contábil**. Orientadora: Stela Maris Enderli. 2014. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.
- DEGEN, R. J. **O EMPREENDEDOR: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- DUARTE, G. W. **Elaboração de um Plano de Negócios para implantação de um escritório de contabilidade em Ijuí-RS**. Orientadora: Eusélia Pavéglio Vieira. 2013. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013.

ENDERLI, S. M. **Planejamento e Controle Financeiro**. Ijuí: Ed Unijuí, 2014.

ENGRAÇA, F. **Atividades contábeis de uma empresa do ramo industrial**. 2010. 543f. Estágio Supervisionado – TCC, Ciências Contábeis. Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JÚNIOR, O. G. D.; TORRES, I. A. **As contribuições do valor presente líquido, da taxa interna de retorno, do payback e do fluxo de caixa descontado para avaliação e análise de um projeto de investimento em cenário hipotético**-doi: 10.5102/un. gti. v3i1. 2277. Universitas: Gestão e TI, v. 3, n. 1, 2013.

KASSAI, J. R.; KASSAI, S.; SANTOS, A. dos; NETO ASSAF, A. **Retorno de Investimento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LINDEMEYER, R. M. **Análise da viabilidade econômico-financeira do uso do biogás como fonte de energia elétrica**. Orientador: Rolf Hermann Erdmann. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

MACHADO, M. R. **Análise da viabilidade de um negócio: um estudo para abertura de um escritório de contabilidade**. Orientadora: Valdirene Gasparetto. Florianópolis, 2010, 72 p. Monografia (Curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARCONI, D. de O. **Plano de Negócios: Análise da Viabilidade da Abertura de um escritório de contabilidade**. Orientador: Loreci João Borges. 2011. 110 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução a Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Saraiva 2014.

OLIVEIRA A. G.; MÜLLER A. N.; NAKAMURA, W. T. **A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas**. Revista da FAE, Curitiba, v.3, n.3, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.cde.br/publicacoes/revista.asp>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PENEDO, R. da C. A. **Taxa interna de retorno na análise de investimentos**. Brasília: Lettera, 2005.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos Monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A. L. de. **Teoria da Contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, E. O. dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Relatório de Pesquisa. SEBRAE: São Paulo. 2016. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SOUZA, A. C.; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. **TCC: Métodos e técnicas**. Florianópolis: Visualbooks, 2007.

ZDANOWICZ, J. E. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.